

A ciência e a água: uma leitura a partir do registro de cientistas e viajantes sobre a água no Ceará

Este artigo tem a intenção de refletir sobre o olhar do viajante em face da água no Ceará. A partir de suas anotações, percebemos as muitas articulações de um saber produzido também fora do escopo laboratorial. A experiência de cientistas e viajantes que percorreram no século XIX a província do Ceará, fez com que esses homens dessem especial atenção a água e puderam presenciar os vários sentidos que o líquido ganha nos modos de vida do lugar.

A chegada da Comissão Científica<sup>1</sup>, em 1859, coincidiu com o reverso da estação climática, em que

uma seca de mais de cinco meses trazia em sustos os habitantes da Província, pois que o inverno do ano anterior tinha sido escasso, e as fracas chuvas do mês de agosto haviam sido insuficientes para a criação de forragens. [...] [A sessão botânica] pôde assistir ao magnífico espetáculo da transformação dos campos e do aspecto da natureza da Província, quando depois de aturada a seca, sobrevêm as primeiras águas. Ao terreno solto, desolado e no parecer infrutífero, dos arredores da Fortaleza, sucedeu em poucos dias, e como por encanto, uma vegetação virente e luxuriante (Trabalhos, 1962).

Os que por aqui passaram no século XIX, consideraram digno de registro a capacidade regeneradora das terras cearenses após as primeiras chuvas. Na citação anterior, os cientistas da Comissão admiram-se com a metamorfose da vegetação que tão desgraçadamente era noticiada fora da província. O botânico inglês George Gardner, em 1837, descreve o espetáculo que assistiu com a queda das primeiras águas na fronteira entre o Ceará e Pernambuco:

---

<sup>1</sup> A Comissão Científica de Exploração formada por cientistas brasileiros para explorar e conhecer as terras do Império, começou sua expedição na Província do Ceará e dissolveu-se depois dessa primeira experiência, sem visitar outras províncias, como era proposto no projeto original. Sobre a Comissão ver também: BRAGA, Renato. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; KURY, Lorelay. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Quando fui para lá, mal começando a estação das águas, pude observar o extraordinário efeito que umas poucas chuvas haviam produzido na vegetação. Três meses antes, ao partir dali, deixara murcha e queimada toda a vegetação rasteira. As árvores tinham cor e aspecto doentio. Agora, porém, tudo estava renovado e verdejante (Gardner, 1975).

O viajante Henry Koster<sup>2</sup>, de passagem por aqui nos anos 1810, destaca essa “admirável característica da vegetação brasileira” que *caindo chuva à tarde, no outro dia já existe uma leve matiz verde; continuando as chuvas, os renovos da relva medirão uma polegada, e, no terceiro dia, serão suficientemente longos para que o gado possa pastar*” (Koster, 2003).

A admiração dos visitantes com o rápido ressurgimento do verde sugere que a falta de água no Norte poderia ser um problema facilmente solucionável. A vegetação, como observaram, renascia sem a necessidade de água abundante e com isso, a construção de reservatórios adequados solucionaria o problema da seca. Não por acaso, grande foi o debate entre cientistas e intelectuais sobre a melhor maneira de guardar água na província, sobretudo a partir do final do século XIX, quando o tema ganha repercussão nacional. Vale salientar que esse valor pátrio já começa a ser produzido na seca de 1825, quando o Império assume esse tema como elemento de agregação, apelando para um sentimento de fraternidade em que todos deveriam ajudar o irmão nortista. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil em seu estudo sobre o clima e as secas do Ceará, destaca a ajuda vinda de outras partes do país. Ressalta o autor com ares de novidade que naquela estiagem de 1825, “*nos maiores povoados as vítimas de fome foram raras, porque a alimentação veio de fora da província*” (grifo nosso) (Brasil, 1877).

Naqueles anos, a seca começa a ser usada como tema de comoção nacional. Se um dos membros do corpo estava doente era então a pátria toda que padecia. Criava-se, portanto, uma tópica discursiva para as secas, o que, evidentemente, estabeleceu uma nova relação de seus habitantes com o fenômeno climático, ou ainda, a construção de

---

<sup>2</sup> Filho de ingleses e nascido em Portugal, percorreu muitas das províncias do que hoje chamamos de Nordeste. É interessante observar que Koster não é cientista mas constrói seu relato, sobre alguns temas, nas formas ditadas pela ciência. O conhecimento científico molda uma forma de ver e registrar mesmo para aqueles que não eram propriamente cientistas.

outras memórias sobre a seca. Vejamos o que relata Gardner, entre os anos 1837 e 1838:

Toda a província é sujeita por vezes a prolongadas secas, a última ocorrida no ano de 1825, durante a qual absolutamente não choveu. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Extinguiram-se gado e cavalos e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil habitantes. Gente sem conta pereceu quando procurava chegar à costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento (Gardner, 1975).

Certamente, Gardner narra os acontecimentos de 1825 com base em conversas com a população local, o que indica que se havia formado uma memória detalhada da última seca. Desse modo, podemos sugerir que as narrativas sobre estiagem começam a abundar e servir de assunto, com data, entre nativos e viajantes. O que há agora são os acontecimentos da seca de 1825, 1845, 1877. A apropriação que o Império fez da seca de 1825, aliada a olhares e contatos cada vez mais *cientificizados*, ajudou a constituir narrativas datadas sobre as estiagens. A aproximação com a ciência reorganiza a narrativa da seca no Ceará.

Os anos passam a fazer parte de uma nova lógica para as histórias das secas, tendo cada uma seu relato próprio, e mais do que isso, suas estatísticas particulares. Esses estudos, segundo Joaquim Alves, já se iniciam timidamente durante a seca de 1777 quando “nas últimas décadas do século XVIII, os administradores coloniais revelam um certo interesse pelos dados estatísticos, realizando coletas, segundo o recurso de que dispunham” (Alves, 2003).

Não é forçado dizer que o registro da perda de bens, mortes, entre outros itens, tenha sugerido um novo tempo para as memórias da seca. Não mais o tempo das eras e de acontecimentos naturais, mas o tempo do calendário datado e singularizado pela estatística, consolidada como instrumento de registro e controle de dados nos mais variados acontecimentos e aspectos estruturantes do *modus vivendi*, sobretudo na segunda metade do século XIX, o que se verifica no trato da grande seca de 1877. Vale salientar que mesmo escritos anteriores sobre as estiagens, ganham maior repercussão, publicação, espaço na imprensa e em institutos científicos (nacional e internacional) somente depois dessa efeméride.

No fim dos anos mil e oitocentos, o sentimento que impulsionava a ideia de uma nação forte e pronta para a indústria, encontrava no Ceará o caso da instabilidade climática<sup>3</sup>. Porém, Raja Gabaglia, presidente da sessão de astronomia da Comissão Científica, observa que essas dificuldades da Província poderiam ser diminuídas e quase eliminadas “talvez que em menos de quinze anos [...] e tornar pouco prováveis as repetições dos desastres passados” (Gabaglia, 1877). O relatório de Raja Gabaglia, escrito em 1861, somente foi publicado em 1877, quando a temática passa a ser importante na formação do sentimento de nação e, assim, o problema de uma província tornava-se questão de todos os brasileiros<sup>4</sup>. A campanha por uma irmandade, agora nacional, consegue a adesão pessoal do imperador D. Pedro II, que teria dito, durante a seca de 1877, a seguinte frase: “vendam-se as joias da coroa mas não morra de fome um cearense” (Studart, 1909).

No final do século XIX, as mais variadas formas de registro e comunicação sobre o Ceará, destacavam com veemência os desdobramentos advindos com as intempéries. Contudo, viajantes e cientistas desde antes observavam os efeitos da seca e, como ato contínuo, o valor da água para os habitantes da província ressequida. Desse modo, os forasteiros construíram com detalhada atenção suas impressões sobre as águas. Entre a falta e o excesso, sobressaía para os visitantes, o valor extremo que o líquido assumia.

Alguns membros da Comissão Científica de 1859 registraram a relação sagrada dos cearenses com a água. O líquido parecia mais valioso do que o tão procurado ouro. A população mais pobre deixava claro para a Comissão que a água era o bem mais precioso por aqui. Capanema, chefe da sessão de geologia, observa “o potencial fértil destas terras que fazem brotar sem grande esforço; falta-lhes somente a

---

<sup>3</sup> Como sugere o professor Frederico de Castro Neves, “atingir o desenvolvimento regional, e o progresso social que aparecia como sua decorrência, significava controlar as intempéries climáticas e, principalmente, a explicitação pública das mazelas sociais” (Neves, 1994).

<sup>4</sup> Conforme Durval Muniz, a seca de 1877-79 foi “a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra, trouxe um volume considerável de recursos para as vítimas do flagelo e fez com que as bancadas nortistas no Parlamento descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar tratamento igual ao dado ao Sul. A seca torna-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte”. (Albuquerque Jr., 1999).

água, que, quando chega, constitui a felicidade da Província” (Trabalhos,1962). No documento de 1878, Capanema detalha o cuidado dos nortistas no trato da água:

Quanto à água, sigam o exemplo dos campistas que bebem a água lodacenta do Paraíba e bebem-na cristalina e saborosa; para isso depositam em grandes talhas e aí a deixam repousar uns poucos dias; outros que dispõem de espaço, em baterias de potes que lhes permitem beber água de quatro, seis e mais meses, e há quem chegue a guardá-la anos, e oferecem um copo dessa água velha como artigo de luxo (Capanema, 1878).

O geólogo atenta para o fascínio diante da água e seus encantos. E apesar da polêmica entre os estudiosos do final do século XIX, sobre o tamanho do prejuízo causado pela sua escassez, o discurso da carência do líquido modelou, com força, uma imagem para o Ceará e para o cearense. Nesse desenho, há uma relação mais familiar nos assuntos da água que devem ser tratados com base em práticas e princípios culturais locais, o que mais propriamente alguns chamaram de “ciência do povo”<sup>5</sup>.

A sacralização do líquido se impõe em face do grande dilema na vida do sertanejo sempre angustiado com a possibilidade de ter ou não inverno<sup>6</sup>. Desse modo, muitas são as formas de leitura do tempo para prognosticar a chuva. A maioria delas revela a intimidade nativa com o elemento natural, sejam plantas ou bichos. Olhares atentos buscam decifrar no comportamento da natureza, sinais de inverno ou seca.

Um dos personagens dessa configuração performática é o profeta da chuva. Indivíduo que, em geral, mora no sertão e conhece as astúcias da natureza semiárida. Através dos movimentos que se manifestam no corpo dos bichos e das plantas, fazem previsões que desafiam os cientistas. Nessa leitura do mundo, a água que cai do céu pode ser anunciada em formas encontradas por homens que olham, antes de tudo, para a

---

<sup>5</sup> Câmara Cascudo, folclorista do Rio Grande do Norte, chama de “ciência do povo” a tradição e prática popular de adivinhação e prognóstico de inverno. (Cascudo, 1971).

<sup>6</sup> No Ceará, chove na quadra invernososa, por isso inverno é sinônimo de chuva. Bom inverno (muita chuva) mal inverno ou não há inverno (pouca chuva).



terra. Como ressalta Juvenal Galeno, estudioso das práticas de previsão das chuvas no Ceará:

É, pois, da maior importância, saber interpretar o comportamento dos referidos espécimes, durante os meses de verão da maior parte das experiências de inverno. Isso dito, vejamos o significado de alguns destes sinais tomados nas experiências de secas e de invernos: a canafístula gotejando água pelas folhas durante os meses de outubro e novembro, ótimo sinal de inverno para o ano seguinte; o pau-de-mocó com boa floração nos últimos meses do ano, também sinal de inverno. A jitérana florando fora de tempo, sinal de seca, o mata-pasto florando em meio ao inverno, sinal de suspensão das chuvas (mata-pasto, inverno acabou, dizem os matutos). Existe a crença, segundo a qual no ano em que o angico deita muita resina, no ano seguinte haverá bom inverno. Se o pau d'arco roxo flora, entre os meses de junho e julho e segura a casca, bom sinal de inverno para o ano seguinte. Por sua vez, o cajueiro se flora no começo do verão, sinal de inverno cedo (Galeno, 1998).

Mas não é somente a flora que avisa como o sertanejo deve se preparar para o inverno chuvoso, também a fauna fornece os indícios de previsão para a vinda das águas. Assim continua Galeno:

No tocante às especulações com os animais, o critério não varia: é o da proliferação. Este ou aquele bicho aparecendo acompanhado de muitas crias em determinada estação do ano sinal de bom inverno para o ano seguinte. Alguns iam mais longe. Davam especial importância ao comportamento dos tatus em fins de ano. Sentenciava o velho sertanejo: 'quando o carrapato subir da barriga para o sovaco dos tatus, a chuva cairá (Galeno, 1998).

Certamente, tais técnicas não capturaram a adesão dos vários cientistas e engenheiros que por aqui assumiram a missão de amenizar o problema da escassez de água. O território visitado pelos cientistas já tinha um saber organizado para fins meteorológicos, o que gestou disputas e histórias com grande circulação nos livros de

memorialistas, a exemplo do ocorrido entre o engenheiro inglês e um caboclo do sertão, contado também por Juvenal Galeno:

O tal engenheiro havia armado o seu instrumental um pouco abaixo da grande barragem, jamais concluída. Eis que chega um trabalhador da construção a preveni-lo:

- Doutor, é bom Vossa Mercê retirar seus teréns daí, porque hoje de noite vai chover.

- Qual nada, caboclo. Respondeu o doutor.

- Isso que você vê ali é um pluviômetro. Ele esta acusando: vento leste, tempo seco sem previsão de chuva. O caboclo ia andando quando o inglês o chama.

- Diga-me uma coisa: em que se baseia para dizer que hoje vai chover?

- Por causa do jumento, doutor. Veja como ele está suado. Jumento suando na sombra é sinal de chuva

O gringo riu a mais não poder do que acabava de escutar. No dia seguinte era o caboclo que ria da sabedoria do doutor, porque durante a noite, caiu uma chuva de matar sapo afogado. E os teréns do doutor foram levados pela correnteza (Galeno, 1998).

No Ceará, a tensão entre o saber científico e o popular se acirra quando o assunto transita entre as possibilidades de diagnosticar ou prognosticar a chegada e circulação das águas<sup>7</sup>. Por se tratar de tema melindroso, entre os sertanejos há uma crença maior na capacidade nativa de prever o inverno. Os chamados profetas da chuva tem a responsabilidade de prognosticar o inverno de cada ano e neles é depositada considerável confiança, até hoje.

Na leitura exercida pelos adivinhadores das águas, a ordem do tempo é apresentada pelo desenrolar da fauna e da flora. É um saber que vem da dialética natureza-cultura. Não se trata de uma ligação sobrenatural; ao contrário, tais enunciados codificam-se na natureza que compõe homens, bichos, árvores. Tudo se realiza em face de uma cultura que forma a legitimidade de sujeitos como os “profetas da chuva” ou mesmo de livros que ensinam e endossam esse tipo de saber. A potência desses

---

<sup>7</sup> Vale salientar que em outros temas, havia certa confiança nos cientistas por parte dos habitantes locais.

Conforme Kury “a presença desses senhores da Corte não passava, assim, indiferente pelos sertões adentro. Eram procurados pelos habitantes das povoações onde passavam para atender os doentes, já que eram todos “doutores”. Kury (2012).



indivíduos se conecta com o poder da leitura e interpretação não só da natureza, como também do texto escrito. A linguagem e o formato das previsões são encontrados em um livro que tinha grande circulação entre os moradores do sertão: o Lunário Perpétuo. A autoridade do livro é destacada no romance de Domingos Olímpio sobre a seca de 1877. Em *Luzia Homem*, escrito também em fins do século XIX, a crença no Livro Perpétuo aparece como umas das últimas sentenças sobre o inverno. Nas palavras do autor,

Não havia mais esperança. Os horóscopos populares aceitos pela credence, como infalíveis: a experiência de Santa Luzia, as indicações do Lunário Perpétuo e a tradição conservada pelos velhos mais atilados, eram negativas, e afirmavam uma seca pior que a de 1825, de sinistra impressão na memória dos sertanejos, pois olhos d'água, mananciais que nunca haviam estancado, já não marejavam (Olímpio, 2002).

Nessa tradição, o tempo tem sua ordem e ela se apresenta para homens atentos. O Lunário indica uma dimensão de organização e controle do tempo, entretanto, não impede os acontecimentos. A força de suas orientações se realiza, entre outras coisas, na proposta de dar ao homem a possibilidade de conversar com a natureza. Ou melhor, de ter esse diálogo registrado de forma escrita. O controle do tempo é proposto não apenas pelas “sábias” sugestões do livro, mas também pela possibilidade de prendê-lo na escrita (Bolleme, 1969). A potência que vem da originalidade de tais sujeitos-profetas desenha uma certa aproximação com a ciência, na medida em que se organiza, também em páginas escritas, por meio de uma dada domesticação do mundo. Está no livro, assim como toda verdade que se preza no mundo moderno.

A leitura da natureza faz da água o grande tema da vida no sertão cearense. Desse modo, um poder que se experimenta nas terras do Ceará passa por aqueles que adivinham, mas é fundamental dizer que o poder político e econômico coincide com a posse da água. Por isso mesmo, a solicitação de terras, desde a colônia, sinalizava a ocupação próxima ao leito dos rios. Como sugere Sobrinho, “embora completamente seco durante os longos meses do verão, visto como estas margens eram os terrenos mais valiosos pela sua constituição e principalmente porque as fontes de água estavam mui próximas, nos leitos dos rios e riachos” (Sobrinho, 1940). É ainda Thomaz Pompeu



Sobrinho que infere, “no Ceará por toda parte há água abundante na profundidade do solo; mas, para ser usada, requer a abertura de poços ou cacimbas, muitas vezes profundos e dispendiosos” (Sobrinho, 1940). Sobrinho lembra que só alguns podiam fazer brotar a água que corria no subsolo. A concentração do líquido se limita a alguns poucos privilegiados que, desde longas datas, souberam fazer render a sua “sorte”.

Um deles era o senhor Maia, destacado nome em diferentes documentos do século XIX, e que recebeu de Gardner uma minuciosa apreciação:

Aracati, quando lá estive era suprida com água de qualidade tolerável, vinda de um poço perto da cidade; mas esperava-se ter em breve ótimo suprimento de uma fonte situada a cerca de uma légua de distância. Empenhava-se nisto um senhor Maia, natural de Gibraltar, que desde muitos anos se havia estabelecido em Aracati. Tendo obtido uma concessão do governo, construía um canal de tijolos para a água, mas, a nascente, estando em nível muito inferior ao da cidade, requeria uma bomba de sucção para puxar a água. A água da fonte próxima que então se consumia era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros. O senhor Maia esperava compensar os seus gastos com o produto da venda da água, que certamente, por sua superior qualidade obteria preferência. (Gardner, 1975).

Poços e cacimbas aproximavam a população da água, garantindo, aos que pagassem, regular acesso ao líquido quase sempre difícil de encontrar em rios e lagoas. Esses lugares assumem a condição de demarcadores de espaços na organização toponímica das cidades. Já no século XIX, na vila do Aracati havia a travessa da Cacimba e a Cacimba do Povo, pontos de conflito, disputas e favorecimentos, (Diniz, 2013). Afinal, como já foi dito, eram espaços com limitado acesso e controle assegurado com a ajuda de cerca e vigias. Tais estruturas de segurança não foram verificados por Henry Koster, em 1810. Koster observa que a maioria dos poços ficava livre, desse modo, “o gado emporcalha quando vem beber”. (Koster, 2003). Nota-se que a construção de poços e cacimbas com fins comerciais foi um negócio aprimorado em meados do século XIX.

Alguns anos depois da passagem de Gardner pela Vila do Aracati, já é outro o nome que aparece como destaque na comercialização de água. Em 1860, Freire Alemão registra até mesmo o sabor da mercadoria vendida pelo Sr. Pacheco:

A água que se bebe na cidade é vendida todas as manhãs em barris, carregados em carros, trazendo cada carro 40 barris, e os vendem a 40 reis. A água é clara e de bom sabor, e fornecida por uma cacimba. A melhor água daqui é a de beirada, sítio do Sr. Pacheco; é um olho d'água que dá sempre em abundância. Diz o Sr. Pacheco que de manhã é morna e ao meio dia mui fresca (...) passa esta água pela melhor potável de Aracati. (Alemão, 2006)

Os lugares de boa água garantiam ao proprietário não apenas lucro com a venda, mas o cultivo de diferentes culturas nas terras irrigadas. Alemão registra que “a água que sai desta fonte, é recebida em reservatórios com pequenas comportas e distribuída pelas hortas e canaviais até grande extensão. Aqui vi plantação de camélias, parreira, etc, etc” (Alemão, 2006). O botânico cita espécimes que necessitam de maior umidade, como é o caso das camélias, vistas, segundo Freire Alemão, somente no sítio do Sr. Pacheco, onde o visitante experimentou, finalmente, uma água digna de ingestão pois na maioria dos lugares “a água é má e leitosa”.

O destaque que Freire Alemão dá para o sabor torna-se mais justificável quando notamos que beber água foi uma das mais difíceis tarefas de sua viagem pelo Ceará. Já Koster, que conheceu de perto as agruras de um ano seco, não pode experimentar diferentes tipos de água visto que seu relato é acompanhado pela sede constante:

Na manhã seguinte, prosseguimos o caminho exatamente da mesma maneira, mas ao meio dia, para nossa desolação não encontramos água. A cacimba estava seca. Demoramos algum tempo desapontados. Minha sede era grande pois não beberei durante a noite anterior (...) Depois do meio dia, o major sugeriu-me imitar seu exemplo, pondo uma pedrinha na boca, recurso tradicional dos sertanejos em tais ocasiões. Segui seu conselho e o processo produziu considerável umidade (Koster, 2003).

Perseguidos também pelo drama da falta ou da precariedade, cientistas e viajantes viam-se constantemente às voltas com a necessidade do registro das águas do Ceará. Seus escritos assumem, de certo modo, o peso da angústia cotidiana na vida dos habitantes da Província que viviam e vivem a eterna dúvida sobre as chuvas. Em certa medida, o que se esperava dos homens que aqui chegavam cheios de aparelhos e hábitos esquisitos era, “descobrir metais preciosos e fartar a província de águas”, dizia um habitante em conversa com Freire Alemão.

Mas Alemão percebeu que o problema não era exatamente a falta de água mas os meios para garantir a guarda do líquido que, quando abundante, também constituía problemas pois “nas cheias do Jaguaribe, toda a cidade (Aracati) fica embaixo d’água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas”. (Alemão, 2006). Tentando entender o círculo das águas no Ceará, é o próprio Alemão que começa a inquirir. “ Perguntando-lhes eu se o rio nas enchentes chegou a sua casa, responderam que em 39 havia chegado à verga da janela e em 42 à travessa de Carnaúba, que me mostraram, isto é, chegou ao telhado”. (Alemão, 2006). O Jaguaribe da Vila do Aracati era abundante, de correnteza veloz. Naquela Vila, os visitantes tomaram conhecimento de um outro Ceará: o das inundações. Ali, o ano de 1942 era o mais lembrado e relatado aos de fora.

A aproximação com o rio Jaguaribe, ao longo da viagem até o Crato, mostrou as muitas faces desse território fluvial que se constituía, até então, na principal estrada para seguir pelo Ceará. O Jaguaribe ditava o território possível de ser explorado. Suas estradas de ribeira conduziam homens e gado província adentro <sup>8</sup>. Conforme Pompeu Sobrinho, “a penetração do interior era sobremodo facilitada pela disposição geral da hidrografia regional. Os rios não só indicavam e abriam o caminho do interior, como ainda forneciam elementos para fixação do colonizador” (Cortez, 2013).

Naquela porção da estrada composta pelo Jaguaribe da vila de Aracati, o diário de Freire Alemão abriu espaço para uma descrição amena e quase idílica sobre as águas e as terras do Ceará. O autor salienta em vários parágrafos sua boa impressão

---

<sup>8</sup> Cf Clovis Jucá, “o Ceará foi primeiramente conhecido e apreendido pelas margens do rio Jaguaribe que correspondia ao principal caminho para o interior” .( JUCÁ NETO, 2009)

sobre o lugar e seus recursos líquidos. Ali, foi-lhe servido “excelente água de que não me fartava”. A ribeira aparecia-lhe “coberta de carnaúbas e árvores soltas de várias naturezas magníficas e esparsadas”. Ali, o conceituado botânico rendeu-se ao poderoso rio. Lançou-se às águas do Jaguaribe como faziam os que aqui viviam: em bandos e nus:

Quando cheguei ao rio já havia muita gente: raparigas, pretos e pretas que apanham água, algumas a lavarem crianças, etc, de sorte que me foi necessário caminhar em muito tempo para achar um lugar, que conviesse e cheguei-me para um dos poços grandes, formados junto a uma lage, mas aí perto estavam uns pescadores estendendo suas redes, e entre eles uma mulher. Não havia mais a escolher, despi-me e banhei-me à vista de Deus e de todo mundo. Grande quantidade de aves ribeirinhas passeava, voava, mariscava e cantava dando animação à paisagem. (Alemão, 2006)

Cientistas e viajantes em marcha pela Província do Ceará ao longo de todo o século XIX, renderam-se a força das águas. A presença do líquido nas narrativas de escassez e abundância marcava a memória e o cotidiano dos habitantes locais fazendo com que os homens de ciência descrevessem essas experiências.

A partir dessas anotações, percebemos as muitas articulações de um saber produzido fora do laboratório. Um conhecimento feito no olho e uma compreensão ditada pelo susto. A “ciência a caminho” depara-se com o inesperado e muitas das instruções prévias foram momentaneamente suspensas diante das imagens que se apresentam ao pesquisador. A experiência de cientistas e viajantes que percorreram no século XIX a província do Ceará, fez com que esses homens dessem especial atenção a água e produzissem registros que foram, algumas vezes, além dos manuais das sessões científicas.

#### Bibliografia

ALEMÃO, Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

BOLLEME Geneviève. *Les almanaches populaires au XVII et XVIII siècles*. Paris : Ecole Pratique des Hautes Études – Sorbonne, 1969.

CAPANEMA, Guilherme Schüch (barão de). *Apontamentos sobre secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.



\_\_\_\_\_. *A seca do Norte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *A cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2007.

DINIZ, Nilo Bezerra. *No curso das águas. Natureza e cultura nas águas de Aracati do século XIX(1835-1860)*, Fortaleza: mimeo.

GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

\_\_\_\_\_. *Porto da cidade da Fortaleza ou do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

GALENO, Alberto. *Seca e inverno nas "experiências" dos matutos cearenses*. Fortaleza: 1998.

LOPES, Régis. *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro*. Fortaleza: Secult-CE, 1994.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia Homem*. Fortaleza: editora ABC, 2002.

PAULA, Karuna Sindhu. *A terceira Margem do Rio Jaguaribe: Natureza e Cultura*. Dissertação de Mestrado defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará em setembro de 2011.

RIOS, Kênia Sousa. *A Comissão Científica e a Seca do Ceará*. In: *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia*, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *Alguns Aspectos da geografia humana cearense*. In: *Revista do Instituto*, 1940, p.155.

TRABALHOS da Comissão Científica de Exploração, I – Introdução. [1862]. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.